

JORGE AMADO

E A ESQUERDA:

ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA (1964-1985)

Carolina Fernandes Calixto¹

Expoente do Partido Comunista do Brasil (PCB) e autor de obras emblemáticas como *Jubiabá*, *Seara vermelha* e *Subterrâneos da liberdade*, que ficaram marcadas pela veiculação de um discurso político e partidário explícito, a figura do romancista Jorge Amado foi pensada durante muito tempo, por parte da esquerda nacional e internacional, como um modelo de intelectual engajado. Isso certamente explica em grande medida a longa lista de publicações que se empenharam em analisar a trajetória do escritor dentro e fora do campo literário.

A literatura e o percurso do autor parecem, no entanto, despertar pouco ou nenhum interesse para os estudiosos no que se refere ao papel político-intelectual desempenhado por ele a partir de meados dos anos 1950. O afastamento de Amado em relação ao partido, uma vez descobertos os crimes de Stalin, e a opção em se dedicar inteiramente ao seu ofício de escritor foram alguns dos motivos principais que levaram a tal desinteresse. É como se o autor, reduzido ao campo literário, deixasse de participar das lutas de seu tempo, alienando-se da realidade à sua volta. Mas esses fatores podem elucidar apenas parcialmente a questão, pois há fortes indícios de que, longe de se isolar em uma “torre de marfim”, tal como se poderia supor, o intelectual se envolveu e por vezes interveio diretamente em assuntos que extrapolavam o campo literário no período em questão.

Destaca-se aqui a participação do autor no conturbado cenário político e cultural dos anos 1960-1970, vivenciado em escala nacional e internacional, que colocou artistas e intelectuais brasileiros, como em outros momentos da história, diante do dilema entre desenvolver sua ocupação específica ou participar do processo social mais amplo².

A perspectiva da revolução socialista, o golpe e a ditadura militar, os acelerados processos de urbanização e de modernização, e o movimento pela redemocratização foram alguns dos fatores internos que sensibilizavam esses atores sociais. No âmbito externo, a Guerra Fria, a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã, a independência de países afro-asiáticos, a proliferação e queda de ditaduras militares, o movimento *hippie* e os embates em torno da questão racial sacudiam o mundo e provocavam novas maneiras de pensar e agir.

Diante desse quadro, artistas e intelectuais brasileiros ocuparam lugar de destaque no processo histórico, agindo dentro ou fora de suas áreas de interesse ou mesmo por meio das duas formas. Com raras exceções de estudos recentes que têm buscado resgatar a trajetória de alguns desses personagens³, a atuação de muitos ainda não tem sido objeto de maiores investigações, como é o caso de Amado.

É possível dizer que no contexto em questão o autor participou dos debates acerca da modernização e da identidade nacional brasileira, exerceu uma expressiva militância contra o autoritarismo do regime ditatorial, participou de campanhas eleitorais nas diferentes esferas de governo, apoiando ou se opondo a candidatos, e tomou parte no processo de redemocratização. Além disto, opinou publicamente a respeito da atuação dos países do bloco socialista, dos processos de independência de países africanos, do fim de ditaduras e do surgimento de governos democráticos, entre outras formas de engajamento.

Desfrutando de uma fama nacional e internacional indubitável, a opinião de Amado parecia ter um peso valioso interna e externamente⁴. Isso

pode ser verificado pelas diversas ocasiões em que o autor foi solicitado a oferecer o seu parecer para assuntos os mais diversos ou mesmo quando re-criminado por explicitar publicamente suas opiniões⁵.

Ciente de sua popularidade e influência na sociedade, o romancista fez farto uso de sua posição de exterioridade em relação ao campo político *stricto sensu* para sensibilizar e mobilizar a sociedade em relação aos projetos e discursos que defendia⁶. Isso, tanto por meio de seus depoimentos em jornais, artigos e entrevistas como de suas obras. Quanto a este último aspecto, pode-se dizer que, ao contrário das críticas à literatura de Amado em fins dos anos 1950, os romances do autor produzidos desde essa época continuaram a apresentar importantes reflexões sobre os eventos, embates e dilemas vivenciados por ele⁷.

Com tantas evidências, como explicar a precariedade de estudos sobre o papel desempenhado pelo autor em um período no qual ele teve destacada participação no processo social mais amplo? Por que, dentro do vasto rol de estudos sobre Jorge Amado e também sobre o contexto da ditadura militar brasileira, essa temática não suscitou maiores reflexões? Que crime cometido por Amado o teria condenado a certo esquecimento na memória produzida pela esquerda e na memória construída sobre ele? Na tentativa de buscar um encaminhamento para tais indagações observaremos as problemáticas da memória sobre o autor e sobre o período estudado, assim como a trajetória do romancista no recorte cronológico assinalado.

Os imperativos da memória sobre Amado

Apesar de haver certo consenso sobre a trajetória de Jorge Amado, especialmente no que se refere à interpretação que identifica o autor como ícone de certa brasilidade, não se pode negar que a memória sobre ele foi apreendida de diversas formas pelo imaginário coletivo, gerando certa polêmica em torno de seu legado. Alguns discursos tenderam a ressaltar os aspectos de continuidade no percurso do autor, a despeito de qualquer contradição aparente. Este é o caso de muitos relatos biográficos e autobiográficos que defendem a existência de uma “coerência íntima”⁸, própria do escritor, ao longo de toda a sua trajetória. Uma coerência que poderia explicar tanto suas opiniões no plano político-intelectual como a sua relação com a religião, por exemplo. Esse discurso foi muito utilizado pelo próprio autor ao afirmar que a unidade de sua vida e obra estava em sua posição sempre ao lado do povo, dos mais miseráveis e oprimidos, uma narrativa bastante presente em seus relatos autobiográficos a repetir-se tal como um mantra.

Percebe-se que essa “coerência íntima” está relacionada a certas características da alma, do espírito, da moral do intelectual, que transcendem o

plano dos processos históricos e da cronologia. Serviu para dar sentido à totalidade da trajetória, torná-la razoável ao oferecer um amálgama, uma constância. Neste caso, devemos estar atentos para os riscos da “ilusão biográfica” da qual nos fala Pierre Bourdieu⁹, e pensarmos que uma reflexão sobre as incoerências e inconstâncias pode ser mais valiosa do que aquela centrada em uma representação comum da existência.

Por outro lado, observa-se a veiculação de discursos que enfatizam os aspectos de mudança, especialmente no que se refere à questão política. Entre estes, há aqueles que interpretam positivamente o percurso do escritor de acordo com fases ou etapas necessárias de um processo de maturação intelectual, no qual se inclui seu distanciamento com o campo político. Essa ideia encontra-se com frequência nas análises do romance *Gabriela cravo e canela* que se seguiram à sua publicação, o que se explica pelo fato de essa obra ser considerada a partir daí como um marco no percurso de Amado. De acordo com grande parcela dos críticos, *Gabriela* seria o ponto alto da obra de Amado, fruto de sua maturidade literária em grande medida relacionada ao abandono do discurso político-panfletário¹⁰.

Interpretação semelhante também pode ser encontrada na fala de Amado após a publicação desse romance. A ênfase nos aspectos de unidade de sua obra e trajetória aparecem então ao lado de um discurso que tende a conceber a obra como uma nova etapa de sua produção literária e de seu papel como intelectual¹¹. Desse modo, o autor estaria imbuído de maior liberdade de criação e pensamento após se desvincular do PCB, acontecimento este que influenciaria a sua produção literária a partir de *Gabriela*¹².

Outros encaram negativamente as transformações na literatura, nas atitudes e no comportamento de Amado, particularmente em relação à política, condenando-o por vezes como oportunista, colaboracionista ou mesmo traidor. Essa concepção pode ser encontrada especialmente entre segmentos da esquerda que outrora louvavam a inspiração revolucionária latente nos romances de Amado¹³.

Quando os aspectos controversos não chegam a receber uma explicação lógica, sua simples lembrança por vezes ocorre como forma de exaltar a excentricidade do romancista, característica bastante apreciada em artistas. Nesse caso, a excentricidade, muitas vezes relacionada a uma suposta genialidade, evoca o “espírito singular” do artista que, por esse raciocínio, nem sempre pode ser compreendido pelo senso comum, o que faz parecer vão o esforço de entendê-lo.

Seja com a intenção de evidenciar a unidade ou com o intuito de destacar os aspectos de mudança no percurso do autor, essas análises têm em comum o efeito negativo de gerar compreensões superficiais ou simplistas da

experiência política e intelectual de Amado. Observa-se que grande parte das explicações sobre a trajetória do autor desconsidera ou diminui a importância dos embates e dilemas vivenciados por ele, particularmente a partir dos anos 1960, que certamente influenciaram sua trajetória e sua produção literária. É como se a reflexão sobre a nova relação do intelectual com a política inaugurada entre os anos 1950 e 1960 não fosse importante, seja pela percepção negativa da atuação política do autor nesse contexto, seja pelo suposto distanciamento de Amado em relação a esse campo.

A pouca importância que se dá à participação política de Amado, especialmente entre os anos 1960-1970, possivelmente está relacionada a uma determinada compreensão de política. Em diversos trabalhos, esse tipo de atuação é percebido exclusivamente pelo viés da vinculação do autor com partido e instituições políticas, do exercício de cargo político e da produção de “literatura proletária”.

É importante destacar que Jorge Amado foi um dos fundadores do gênero “romance proletário”, vertente da chamada “literatura proletária”, ao publicar *Cacau*¹⁴, provocando um grande debate no meio intelectual a partir da célebre indagação feita na introdução da obra: “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?”¹⁵

Apesar de não ter havido uma resposta consensual para a questão, pode-se identificar em um artigo de Amado os elementos fundamentais daquela discussão que tenderam a definir o “romance proletário” em contraposição ao “romance burguês”:

Acho que as fronteiras que separam o romance proletário do romance burguês não estão ainda perfeitamente delimitadas. Mas já se adivinham algumas. A literatura proletária é uma literatura de luta e revolta. E de movimento de massa. Sem herói nem heróis de primeiro plano. Sem enredo e sem senso de imoralidade. Fixando vidas miseráveis sem piedade mas com revolta. É mais crônica e panfleto (ver *Judeus sem dinheiro*, *Passageiros de terceira*, *O cimento*) do que romance no sentido burguês¹⁶.

O gênero que Amado explorou ainda em diversas obras após *Cacau*, tinha então uma forte inspiração no “realismo socialista”, estilo artístico-literário associado à política de Estado da União Soviética e ao dirigismo da Internacional Comunista. De acordo com essa tendência, era necessário evidenciar os dramas do povo, o conflito, contando com o máximo de realismo. Para Jorge Amado, o “trágico do Nordeste” era o drama mais visível do país

naquele momento. Drama este assentado no latifúndio e na exploração feudal da terra¹⁷.

O regionalismo literário, e especialmente o nordestino, ia diretamente ao encontro das demandas dos escritores inseridos no gênero proletário. Entretanto, além de representar os dramas coletivos, para se fazer literatura proletária seria necessário, também, inserir o engajamento direto no próprio enredo, isto é, sugerir pela ação das massas a rebeldia, o “ar de revolta” necessário para a revolução¹⁸. Apesar de a temática regionalista ser um traço marcante na produção literária de Amado como um todo, observa-se que o autor abriu mão dos elementos necessários para imprimir o “ar de revolta” em seus romances a partir de *Gabriela*, introduzindo, em contrapartida, o humor como elemento fundamental de sua obra.

Tendo essa perspectiva como referência, certamente torna-se difícil pensar que o autor pudesse ter desenvolvido participação política após se distanciar de tais paradigmas em fins dos anos 1950. De maneira diversa, e com base nas reflexões de Norberto Bobbio, a abordagem proposta considera como política não só a ação dos políticos, mas também o “lugar para os grandes debates de ideias”, para a “reflexão sobre os problemas de convivência não imediatamente práticos, embora praticáveis [...], que todavia contribui para mudar o mundo (e não só para compreendê-lo e interpretá-lo)”¹⁹.

Talvez seja por ignorar essa dimensão – chamada por Bobbio de “política da cultura”, pela qual os homens de cultura têm maior chance de exercer seu poder na sociedade – que os trabalhos que abordam a atuação política de Amado se concentraram em um período da trajetória do autor no qual essa participação parece mais evidente. Entre os estudos desse tipo são expressivos em número aqueles que voltaram suas análises para os anos 1930-1950, período em que o intelectual exerceu militância pelo PCB e se dedicou a produzir literatura proletária²⁰. Contribuíram assim para afirmar uma memória sobre o autor calcada nesse período, ao passo que o caminho percorrido depois pelo autor foi esquecido ou silenciado.

O imaginário sobre a ditadura e o mito da resistência

Outra explicação plausível para o desinteresse sobre a trajetória política e intelectual de Amado após os anos 1950 talvez seja a ocorrência de uma forte tendência da historiografia de se pensar as motivações para o comportamento político dos sujeitos históricos pelo viés do colaboracionismo e da resistência. No caso mais específico da historiografia relativa à ditadura militar brasileira, a celebração de certa memória sobre o período levou ao

esquecimento de diversas culturas políticas existentes nesse contexto, como salientou Daniel Aarão Reis²¹.

De acordo com o historiador, disseminou-se intensamente no imaginário coletivo uma memória sobre esse momento da história que tendeu a sobrevalorizar a resistência, sobretudo democrática, e apagar outras formas de atuação ao longo do período autoritário. Foram esquecidos os movimentos sociais de direita que configuraram as bases sociais da ditadura, como é o caso das marchas “da família com Deus pela liberdade”, comemorativas do golpe de 1964 – que mobilizaram cerca de um milhão de pessoas, contrastando com os cem mil da famosa passeata de 1968 contra o regime²² –, e do envio de cartas à Divisão de Censura requisitando a censura²³. Além desses, foram também apagados da memória coletiva movimentos políticos civis que contribuíram para a instauração do regime, como por exemplo a “Rede da Democracia”, a qual unia os opositores do presidente João Goulart, incluindo figuras como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, e que, apesar de bradar pela democracia, serviu de apoio ao golpe de 1964²⁴.

No que se refere particularmente à trajetória da esquerda, foi esquecida a posição ofensiva que parte dela adotou nos primeiros meses de 1964, uma vez que se tornou crescente a descrença na possibilidade de que as reformas de base pudessem ser conquistadas nas margens legais. Abandonado o discurso de defesa da legalidade e da democracia, que caracterizara as esquerdas quando da crise política que derrubara Jânio em 1961, este passou a ser assumido pelas direitas e se tornou justificativa para a instauração do novo regime. O golpe seria então uma espécie de intervenção salvadora da democracia, da civilização cristã, e contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção, de acordo com a memória cultivada pelas direitas enquanto durou a ditadura militar.

Deve-se destacar que, após o golpe, parte das esquerdas adotou a luta armada com o objetivo de destruir a ditadura militar e o capitalismo, e construir uma sociedade socialista regida por uma ditadura revolucionária. Com o passar do tempo, a progressiva desarticulação e liquidação das esquerdas revolucionárias as levou a superar as diferentes propostas de confronto violento e a acolher perspectivas democráticas e de participação nas lutas institucionais. As esquerdas apareceram ao final do processo como vítimas bem intencionadas e perseguidas pelos golpistas, uma vez que a ameaça revolucionária, alegavam, inexistiria na prática. O projeto revolucionário transmutou-se desse modo em resistência democrática contra a ditadura, e foi com a resistência que a nação passou a se identificar conforme crescia a impopularidade do regime. A sociedade se colocou, assim, como vítima, e os militares foram apontados como culpados únicos pela ignomínia do arbítrio. Como resultado

disso, o golpe e a ditadura teriam sido uma imposição do Estado, algo do qual a população não teria participado e jamais apoiado²⁵.

A reificação dessa memória levou então à produção de um discurso maniqueísta, segundo o qual poderiam ser identificados apenas dois tipos de papéis desenvolvidos durante o regime: a resistência contra ele, por meio da luta armada ou da participação nas lutas institucionais, e o colaboracionismo com o governo. Quem não se enquadrou nos moldes que caracterizaram os resistentes, como a postura de definitiva oposição em relação ao governo, a adoção de um discurso politizado de protesto, por exemplo, ou foram acusados de colaboracionistas ou tiveram suas trajetórias esquecidas, uma vez classificados como “alienados”.

O caso é que Jorge Amado, assim como outros artistas, intelectuais e personalidades da época, parece ter sido condenado, ora como colaboracionista, ou traidor, pela sua ambiguidade, ora como “alienado”, pelo seu relativo não comprometimento com as lutas de seu tempo. As ambiguidades e as contradições no pensamento e na ação de Jorge Amado podem então ter sido “apagadas” de acordo com esse processo de enquadramento da memória social mais ampla sobre a ditadura. Como resultado, o que prevaleceu na memória coletiva como a única ou soberana forma de se pensar a participação política do autor foi a correspondente aos anos 1930-1950.

Talvez seja por esse motivo que, em alguns esforços de memória, a atuação de Amado ao longo da ditadura militar é confundida com a forma pela qual o autor se mobilizou durante o Estado Novo, quando ele ainda era um militante do PCB²⁶. Parece ter sido preferível manter essa imagem de Amado do que pensar os pontos dúbios que levariam a alguma aproximação do escritor com personagens, discursos e projetos identificados com o regime. Ressalvadas tais tentativas operadas pelo senso comum, o que se observa, entretanto, é um grande desprezo da memória e da historiografia, sobretudo relacionadas à esquerda, pela atuação política de Amado entre os anos 1960 e 1970.

Por esse motivo, pretende-se chamar a atenção para as ambivalências ou intersecções no pensamento e na ação do intelectual em relação ao regime ditatorial, que muitas vezes são silenciadas ou esquecidas pela historiografia. Não se trata, todavia, de fazer uma espécie de julgamento moral ou criminalizar o escritor pelas suas ambiguidades, mas sim de mostrar que o pensamento dúbio esteve intensamente presente na mentalidade da época.

Entender a “zona cinzenta”, indicada por Pierre Laborie²⁷, é um importante exercício nesse sentido, pois ela se refere ao caminho entre o apoio e a oposição em relação ao regime, um lugar comum onde provavelmente esteve a maior parte da sociedade, que ora assumiu uma ora outra, e ora ambas as atitudes²⁸. A análise das “zonas cinzentas” pode então abrir caminho para

uma rica aprendizagem tanto sobre o autor como sobre o período vivido. Ao se afastar de mitos como o da resistência e o do intelectual comunista militante, torna-se possível conhecer melhor as culturas políticas do período e o papel desempenhado pelas esquerdas e pelo escritor ao longo dos anos de ditadura.

Objetiva-se salientar, particularmente, a complexidade das relações entre o intelectual e a política para além de parâmetros rígidos que tendem a classificar e explicar o papel do intelectual de maneira bilateral (esquerda x direita, situação x oposição, colaboracionismo x resistência). Parte-se da hipótese de que o autor se enquadra como objeto privilegiado para esse tipo de análise, uma vez que sua rede de sociabilidade abrangia indivíduos de diferentes opiniões políticas, dentro e fora do governo, ainda que ele tivesse uma posição explicitamente contrária à ditadura.

Ele assumia a possibilidade de diálogo entre vertentes políticas que pareciam irreconciliáveis não só em sua sociabilidade mas também em seu discurso: “Sou adversário do regime, mas adversários também apertam-se as mãos”²⁹. Dizia também:

[...] nunca fui inimigo de ninguém simplesmente por ser seu adversário político. Também nunca fui amigo de ninguém simplesmente por ser seu correigionário político. Tenho amigos que pensam ou pensavam como eu e tenho amigos... pessoas queridíssimas... que pensam de maneira inteiramente diversa. E acho que isso é bom³⁰.

O autor evitava dessa forma o sectarismo, entendido como intolerância e intransigência entre diferentes formas de agir e pensar. Certamente, mais do que respeito, Amado pregava a possibilidade de troca de saberes e experiências entre vertentes políticas adversárias. Considera-se, assim, que o caso de Jorge Amado pode ajudar a lançar novos desafios de reflexão quanto ao papel de um intelectual, o qual, mesmo tendo sido um crítico do regime no que este apresentava de arbitrário e de autoritário, estabeleceu um diálogo aberto com discursos de governo, ou identificados com este, sendo, por isso, muitas vezes discriminado ou taxado de colaboracionista ou de entreguista.

Ao chamar a atenção para a análise das ambivalências do pensamento e da ação do escritor no contexto em questão, pretende-se cooperar na tarefa de desmitificar a memória que se tem sobre a resistência. Compartilha-se da tese de Denise Rollemberg de que é a sacralização dessa memória e não a sua desmitificação que constitui um insulto à resistência, aos resistentes. Segundo a autora, respeitá-los é “compreender as suas imperfeições e não vê-los à imagem e semelhança dos nossos próprios limites e incompreensões”³¹.

O esforço de resgatar parte da história sobre Amado que se buscou esquecer, enfrentando possíveis espantos e inconveniências torna-se, então, válido como forma de reavaliar o papel desempenhado por ele como intelectual de esquerda no período da ditadura militar, não por uma associação longínqua e indireta com sua participação política durante o Estado Novo, mas sim de acordo com sua atuação de fato ao longo do regime militar. Partindo-se do exemplo da historiografia francesa dos anos 1970-1980, que teve um significativo papel na revisão dos estudos sobre os fascismos e a França de Vichy, objetiva-se, por fim, contribuir na tarefa de superação de certos constrangimentos de memória comumente causados pela posição ambígua de um intelectual de esquerda sob um regime autoritário.

Assim, por intermédio do caso Jorge Amado, pretende-se trazer novos desafios de reflexão sobre as relações entre intelectuais, sociedade e ditadura, sobre a memória da resistência e sobre a atuação dos resistentes naquele período. Por outro lado, objetiva-se também sugerir novas maneiras de pensar a memória sobre Amado, de conciliar a sua história com a memória que se tem sobre ele. Reitera-se aqui a preocupação, já apontada no imediato *post mortem* do autor, em relação ao modo como o legado do romancista vem sendo analisado: “ao sabor de relações de amizade e disputas político-ideológicas”³². Compartilha-se da opinião de que “talvez seja hora de seu legado receber leitura mais atenta por parte dos acadêmicos”³³, especialmente se considerarmos que neste ano de 2012 é celebrado o centenário de nascimento de Jorge Amado.

Recuperar a trajetória desse autor, restabelecê-la na história de maneira mais fiel aos fatos, respeitando-se suas ambiguidades e complexidades, é uma interessante forma de promover sua memória e de homenageá-lo pela sua importante atuação política e intelectual para a sociedade brasileira.

O fim de um casamento ou o início de uma nova relação

As transformações no posicionamento e na literatura de Amado que culminaram com uma espécie de divórcio entre ele e setores expressivos da esquerda ocorreram alguns anos antes do golpe. Se, por um lado, elas se relacionam com a descrença que se abateu sobre o autor em relação ao socialismo soviético em meados dos anos 1950, também estão associadas ao clima geral de euforia daquele momento em torno da modernização e do desenvolvimento nacional. É sintomático o fato de Amado ter abandonado o romance político, pelo qual foi tantas vezes rotulado como negativista e sectário, justamente nesse contexto. Isso especialmente após a publicação de *O mundo da*

paz (1951) e *Subterrâneos da liberdade* (1954), caracterizadas pelo próprio autor como obras típicas de um “homem de partido” ou de um “stalinista”³⁴.

Amado parecia então operar uma inversão ao se lançar no gênero “crônica de costumes” com *Gabriela* (1958), que é, antes de tudo, definido como um romance de amor de grande valor humanista, e, enfaticamente, um livro otimista. Os romances do autor produzidos a partir de então tiveram essa forte marca, incluindo aqueles produzidos durante o período da ditadura militar.

Além do discurso otimista, a preferência pelo romance pitoresco, pelas cenas cotidianas da vida enquanto objeto de criação, e o destaque para os anti-heróis, as putas, os bêbados e os vagabundos e não mais o líder, o herói, o dirigente político, também se explica pela busca de se estar cada vez mais próximo ao povo, uma tendência geral entre artistas e intelectuais pelo menos até a instauração do golpe.

Objetivava-se, portanto, “ir, por todos os meios, ao encontro do povo, ensiná-lo e deixar-se ensinar por ele, fundir-se com ele e, ao mesmo tempo, oferecer-lhe um espelho onde pudesse descobrir a imagem do que era, apesar de ainda não o saber: a própria nação”³⁵. Foi seguindo essa linha que os “pensadores” do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) pretendiam formular o “sentimento das massas”, e os artistas do Centro Popular de Cultura (CPC) procuravam inventar diferentes modos de expressão que funcionassem como veículos para uma tomada de consciência popular com base na troca recíproca de experiências³⁶. Amado parecia seguir uma tendência forte entre as esquerdas que era a busca pela proximidade e identificação com o povo. Apesar de seu distanciamento em relação ao PCB em meados dos anos 1950, Amado manteve por algum tempo boas relações com o partido, o que pode ser atribuído também a certa disposição de sua parte em se manter discreto.

Entretanto, observa-se que desde o início dos anos 1960 sua imagem perante o PCB e setores da esquerda foi progressivamente desgastada. Esse desgaste parece ter se agravado primeiramente quando o romancista abandonou a discrição e passou a denunciar os crimes cometidos pelo PCB, a começar por uma carta do escritor denunciando o Partido Comunista como um “mar de lama e sangue”, publicada na segunda edição do livro *A grande muralha*, de Aylton Quintiliano³⁷.

Meses mais tarde, a crise político-militar iniciada com a renúncia de Jânio Quadros afetaria ainda mais as desavenças entre Amado e uma parcela do PCB. Isso porque o escritor teria enviado um telegrama ao então governador da Bahia, Juracy Magalhães, seu amigo, insistindo para que ele aceitasse, caso fosse convidado, o cargo de primeiro-ministro³⁸. Acontece que Juracy,

quando deputado federal, havia votado a favor da cassação de parlamentares do PCB e por isso era visto pelos comunistas como inimigo³⁹.

Como resultado dessa polêmica, vários jornais noticiaram o ataque sofrido por Amado no semanário comunista *Novos Rumos*, assim como uma suposta expulsão do escritor pelo partido⁴⁰. Segundo essas fontes, o escritor era acusado, entre outras coisas, de passar à “sombria louvação de um golpista espancador do povo”⁴¹, e de apoiar um esquema golpista, em razão do telegrama enviado⁴². De acordo com o *Correio da Paraíba*:

O novo rumor dá conta de que Jorge Amado desviou-se da política ideológica do Partido. O crime de Jorge Amado foi ter desejado, segundo a imprensa vermelha, paz e concórdia à família brasileira, num momento em que o país estava sendo empurrado para um abismo da guerra civil que, se deflagrada, só poderia trazer proveito aos comunistas⁴³.

Negando veementemente que tenha participado de qualquer esquema golpista, o romancista, no entanto, afirmou sua posição ao lado da paz e da concórdia, preferindo a via da legalidade à da guerra⁴⁴. Nesse momento, observa-se que, mesmo se posicionando ao lado do socialismo, Amado passa a discordar da vertente tradicional do marxismo que considerava a “via insurrecional” como o único caminho para se chegar à democracia e ao progresso. Ele parecia então se por ao lado da perspectiva etapista que fora e ainda seria assumida posteriormente pelos PCs de diferentes países. De acordo com essa tendência, a revolução proletária se mantinha no horizonte, mas a etapa da revolução burguesa deveria ser ultrapassada primeiro.

É interessante observar que, apesar de condenado por expoentes da esquerda pelo seu conservadorismo, o intelectual teve suas opiniões políticas apreendidas de múltiplas maneiras, tanto pela esquerda como pela direita. Foi certamente por identificarem em Amado discursos que poderiam ser associados a diferentes orientações políticas que lideranças de partidos tão diversos, como a UDN, o PTB e o PSD, disputaram uma possível candidatura sua à Câmara dos Deputados nas eleições de 1962, o que acabou não ocorrendo⁴⁵.

Apesar de essa disputa em torno da figura de Amado revelar uma imagem positiva do escritor entre segmentos políticos díspares, é possível perceber também como ele era pensado de maneira negativa por correntes opostas. Uma suposta hipótese de nomeação de Jorge Amado para a embaixada brasileira no Cairo, por exemplo, levantou vivos protestos do jornal conservador *O Globo*, justificados da seguinte forma pelo editorialista:

Jorge Amado é de fato um grande escritor, mas é também comunista e

não o esconde. Nestas condições, não podemos admitir que um indivíduo como Jorge Amado, na sua qualidade de diplomata, tenha acesso aos segredos do Estado⁴⁶.

Ainda que o escritor tenha se distanciado do partido e da militância política e já ser nessa época execrado por lideranças do PCB, é como comunista que ele é visto pelo editorialista de *O Globo*, o que tornaria perigosa sua indicação a diplomata. De maneira semelhante, o deputado Euclides Triches, um dos vice-líderes do governo na Câmara, buscou desqualificar o discurso de Amado por sua aproximação com ideologias de extrema esquerda, como se vê na seguinte fala do parlamentar: “Todos conhecem os ideais e simpatias do escritor Jorge Amado por regimes de extrema esquerda. Assim sendo, não tem força moral para vir a público criticar o governo com ataques e chamar de ditadura o regime”⁴⁷.

É também como comunista perigoso, de extrema esquerda, que o artista cubano Roberto Estopiñan identifica Jorge Amado. A diferença é que, nesse caso, o acusador se inclinava ideologicamente à esquerda, tendo visto inicialmente com simpatia o movimento revolucionário em Cuba. Segundo Estopiñan, Amado e outros intelectuais como Pablo Neruda tentavam fazer da América Latina uma nova China⁴⁸. Nesse caso, o curioso é que o romancista era acusado externamente de influenciar o dirigismo cultural em Cuba ao estilo soviético enquanto no Brasil, contraditoriamente, chegava a ser pensado como traidor pela esquerda, justamente por suas críticas ao modelo soviético.

As múltiplas facetas atribuídas a Amado a partir dos anos 1960 revelam então uma identidade complexa, construída em torno de sua imagem e que se vincula com um novo tipo de relação entre ele e o movimento de esquerda.

O paradigma da resistência e uma trajetória em desalinho

O advento da ditadura por meio do golpe militar de 1964 e sobretudo a instauração do AI-5, em 1968, levou as esquerdas a assumirem um discurso radicalizado de resistência contra o regime que criou certa identidade entre seus adeptos. Mesmo aqueles que não se engajaram na luta armada, mas que adotaram uma postura de protesto, de revolta diante do regime e de tudo o que era identificado a ele, foram bem vistos pelas esquerdas. A atuação de Amado nesse contexto foi percebida de diferentes maneiras devido à sua ambiguidade, aspecto esse que parece ter impedido que a sua imagem fosse associada à de um resistente.

Um dos aspectos em que o autor divergia das principais orientações da esquerda e que gerava opiniões diversas sobre ele era a questão racial. O autor insistia na afirmação da democracia racial em um momento no qual o uso do conceito era criticado inclusive no interior do movimento negro. A luta contra o racismo, associada cada vez mais à luta contra o capitalismo e abraçada por diferentes setores da esquerda, era vista como uma alavanca para a luta de classes. Acreditava-se então que a disseminação do mito da democracia racial era um obstáculo a tais interesses por mascarar a existência de racismo no Brasil e minimizar a luta pela igualdade social entre brancos e negros.

A noção de democracia racial chegou a ser utilizada como discurso oficial do regime militar, assim como havia ocorrido no governo Vargas, ao servir de cimento simbólico da integração nacional promovida pela ideologia da Segurança Nacional. A ideia de um Brasil “cadinho de raças”, divulgada pelo Conselho Federal de Cultura, ajudava a valorizar a harmonia racial e social como aspecto de originalidade da cultura brasileira.

A crítica pela esquerda ao uso do conceito e a valorização do termo pelo regime fizeram com que o discurso de Amado fosse de certo modo celebrado pelo governo e condenado pela esquerda. Isso pode ser percebido no contexto da publicação, em 1969, de *Tenda dos milagres*, obra na qual o autor buscou deixar clara a forma pela qual entendia a questão racial no Brasil. Ao que parece, o regime compreendeu que as ideias contidas nessa obra se enquadravam no ideal democrático divulgado pelo governo. Na adaptação para o cinema feita por Nelson Pereira dos Santos, *Tenda dos milagres* teria sido elogiada pelos aparelhos repressores, que a classificaram como “de boa qualidade” e “livre para a exportação”.

Segundo os censores, o filme honraria a indústria cinematográfica nacional pelo seu enredo e pela atuação técnica dos atores. A crítica feita por eles se restringia às cenas eróticas e à cena de assassinato de um policial, “sem motivo”. Levando em conta o que chamaram de “mensagens positivas”, os censores liberaram a película para jovens maiores de dezesseis anos⁴⁹.

É possível que essa percepção positiva do conteúdo da obra esteja relacionada a certa identificação do regime com o discurso racial veiculado por ela⁵⁰. Essa tendência em perceber a concepção de democracia racial defendida por Amado essencialmente pelo viés da harmonia também se fez evidente na fala de um dos membros do movimento negro, Abdias do Nascimento, que chegou a taxar o autor de racista, pela forma como tratava o negro em suas obras⁵¹. Assim, o discurso de Amado parecia ser visto como próximo ao do ideal propalado pelo regime militar, e de acordo com essa lógica, como obra acrítica, alienante e desencorajadora da luta contra o preconceito racial.

Apesar disso, houve quem identificasse o romance de maneira oposta, como um verdadeiro “libelo contra o racismo”⁵², contra aqueles empenhados

em manter a pureza da raça. De acordo com essa interpretação, o que predominava em *Tenda* não era a questão da harmonia e sim a da denúncia do preconceito racial. Em um texto publicado pelo *New York Times* isso fica ainda mais evidente; de acordo com as palavras do articulista: “O ritmo selvagem, brincalhão que agora nós esperamos de Amado é usado aqui, mas para desinflar um dos mais alardeados mitos do Brasil, o da harmonia racial”⁵³.

Nem racista nem grande denunciador do preconceito racial, o que Jorge Amado parece afirmar é que a questão socioeconômica tende a prevalecer sobre a racial nos “tempos modernos”, tal como sugere a seguinte passagem de *Tenda*:

Cada um com sua sina, meu bom. Os moleques dessa rua, camarada, vão se dividir, cada um o seu destino. Alguns calçarão sapatos, usarão gravata, doutores de Faculdade. Outros prosseguirão aqui, com a bigorna e o malho. A divisão de branco e negro, meu bom, se acaba na mistura, em nossa mão já acabou, com padre. A divisão agora é outra e quem vier atrás feche as cancelas⁵⁴.

Apesar de afirmar que no Brasil não há racismo, o autor não nega a existência de práticas racistas, o que, aliás, demonstra com clareza em diversas de suas obras. Ele defende a ideia de que a mestiçagem do povo brasileiro tende progressivamente a suplantiar esse tipo de prática, uma vez que já existiria no Brasil uma filosofia antirracista, tal como revela em entrevista:

– V. disse um dia que a maioria dos bens de cultura brasileiros foi trazida pelos negros. Como se explica então que haja racismo no Brasil, que eles ainda estejam em condição inferior?

– V. ainda não entende bem o Brasil, se já entendesse saberia que no Brasil há racistas – até na Bahia há racistas – mas não há racismo. A filosofia do povo brasileiro é anti-racista. Quanto à posição dos negros ser ainda inferior é um problema de classe e não de raça, recorde-se que há menos de um século os negros eram escravos.⁵⁵

Jorge Amado não foi o único a relativizar o racismo. Em seu livro sobre Wilson Simonal, o historiador Gustavo Alonso fez uma interessante análise sobre esse assunto por meio da figura do “preto-que-ri”⁵⁶. O autor revela que personalidades negras, como Fio Maravilha, Pelé e Wilson Simonal, sofreram duras críticas por se negarem a levantar a bandeira da luta racial, colocando a questão sobretudo no problema de classes, tal como o fez Jorge Amado.

O personagem “preto-que-ri”, criado por Henfil em alusão à figura de Fio Maravilha, sintetiza certa compreensão negativada desse tipo de postura,

recriminada por setores da esquerda. Além de essas personalidades não assumirem um discurso politizado, tinham uma visão positiva e alegre da sociedade e por isso foram vistas como “alienadas”, ou melhor, “bobos da corte”, já que se aproximavam do discurso da democracia racial que havia sido instrumentalizada pelo regime. Ainda havia o peso de serem figuras famosas e, por isso, mais cobradas por utilizar a fama para disseminar um ideal adotado pelo regime em vez de denunciá-lo.

Mas não se pode dizer que essas pessoas tenham abraçado uma orientação do governo. A democracia racial já existia como ideologia disseminada na sociedade bem antes da instauração da ditadura militar, tendo sido capitalizada também pelo governo Vargas, como já foi indicado anteriormente. Entretanto, o discurso em favor da luta racial também foi instrumentalizado, mas por setores da esquerda que vislumbravam o confronto inter-racial como engrenagem propulsora para a luta de classes e para o desencadeamento da revolução, especialmente em um contexto de radicalização do movimento negro internacional em fins dos anos 1960.

Uma caracterização identitária brasileira positiva era incômoda em um momento de grandes tensões sociais, quando se esperava que o acirramento dos conflitos estimulasse a luta de classes. De acordo com essa lógica, a harmonia, a cordialidade, a alegria se contrapunham à melancolia, ao descontentamento e à revolta como características sociais que se buscava promover.

Se não era “um preto-que-ri”, a condenação a Amado pode ser compreendida por sua preferência em fazer rir por meio da veiculação de valores considerados por alguns como alienantes. O autor costumava se defender dessa acusação dizendo que o abandono do “panfleto”, que caracterizou sua literatura durante muito tempo, e a adoção do humor se associavam a uma melhor compreensão do ser humano, a um conhecimento mais profundo e complexo da realidade e a uma forma menos sectária e mais cordial de ver o mundo. Essa compreensão não implicava, todavia, em conservadorismo no que se refere ao pensamento político-social de Amado. Para ele, o humor poderia ser “mais destrutivo, mais terrível do que qualquer panfleto político”, pois, segundo ele, com o riso, as estruturas seriam abaladas mais facilmente⁵⁷.

Mas a insistência de Amado na utilização de uma representação otimista da realidade, mesmo após o golpe e a instauração de um regime autoritário, não parece ser algo descontextualizado nem discrepante da realidade dos anos 1964-1985. Deve-se lembrar que o chamado milagre econômico proporcionou um clima de euforia por promover certos avanços socioeconômicos ao Brasil no período autoritário, especialmente durante os anos 1969-1973, sob o governo Médici. Certa sensação de bem-estar atingiu principalmente a classe média, enriquecida ao longo do período. Mas outros fatores também foram

fundamentais para criar um clima de contentamento, como, por exemplo, o progressivo sucesso da seleção canarinho, que culminou com a conquista do tricampeonato mundial de futebol pelo Brasil em 1970 no México.

A fórmula utilizada por Amado em sua escrita literária, aliando uma visão positiva da realidade com a adoção de temas cotidianos, e o uso do humor, era então uma estratégia consciente de aproximar sua literatura do grande público, o que foi conseguido também por intermédio de adaptações de suas obras para meios de comunicação de massa. Para o autor, a adaptação de suas obras era um ponto positivo, tendo em vista o público receptor: “São pessoas que receberam certas ideias colocadas no romance; essas ideias atingiram uma massa muito maior, inclusive muitas pessoas analfabetas, outras semiletradas, e também aquelas que não tinham dinheiro para comprar o livro”⁵⁸.

Compreensão semelhante pode ser atribuída a Dias Gomes, tal como se percebe pelo estudo de Denise Rollemberg⁵⁹. De maneira muito parecida com Jorge Amado, esse intelectual recorreu a adaptações de suas obras para telenovelas como forma de popularizá-las e disseminar a sua crítica social, tal como é o caso de *O bem amado*, que traz em seu bojo uma denúncia do autoritarismo e da hipocrisia da “moral e dos bons costumes”, pilares do regime.

Após o golpe, contudo, o sucesso entre a população parecia cada vez mais simbolizar um não comprometimento com os ideais político-partidários da esquerda, já que presumia uma subordinação à lógica da comercialização e da midiaticização em detrimento da conscientização política das massas. Quanto a isso, deve-se observar que muitos artistas que adotaram o discurso de protesto fizeram sucesso particularmente entre a classe média, como foi o caso, por exemplo, de Chico Buarque e Geraldo Vandré. Isto é, para segmentos da esquerda, não valia mais a pena abandonar certos paradigmas, como o discurso político, para se “chegar às massas”. Naquele momento, essa postura parecia não condizer com o objetivo de se divulgar a insatisfação em relação ao arbítrio do regime, mesmo que, em vários casos, a tônica do protesto e da denúncia tenha sido “maquiada” em produções artísticas como forma de driblar os censores.

Apesar disso, não se pode dizer por oposição, tal como pretendem as explicações maniqueístas, que essas divergências de Amado em relação a certas orientações da esquerda colocavam o intelectual em um campo oposto de batalha. Essa possibilidade deve ser descartada não apenas pela sua trajetória político-partidária de esquerda, mas também por seu inequívoco posicionamento de crítica e rejeição à ditadura, veiculado tanto pela imprensa da época como em seus livros.

Além de *Tenda dos milagres*, onde o contexto ditatorial aparece como pano de fundo de uma das narrativas, *Farda, fardão, camisola de dormir* parece

ser a obra em que o romancista tratou dos militares de uma forma mais específica, tal como ele mesmo enfatizou em entrevista, lembrando um trecho satírico do livro:

- ...Quem pode votar em tamanho monstro? Pobre General... Por que virou ruim assim, tão de repente?
- Não é ruim, é General⁶⁰.

Mesmo fora do partido, é muito claro que o autor continuou a defender o socialismo. Suas críticas recaíam sobre aquilo que ele acreditava ser errado, como os crimes cometidos por organismos socialistas e o estabelecimento do arbítrio de uma ditadura. O relato de Amado por ocasião da invasão da Tchecoslováquia pelos países do Pacto de Varsóvia é bastante simbólico dessa atitude, como revela o seguinte trecho:

Os países do Pacto de Varsóvia – disse Jorge Amado – violaram o mais sagrado dos princípios, o da autodeterminação dos povos. E o fizeram em nome do socialismo, invocando o mais absurdo dos pretextos: a defesa do socialismo, que estaria ameaçado na Tcheco-Eslováquia. Os tchecos e eslovacos, longe de ameaçar o socialismo, estavam exatamente buscando aplicar seus verdadeiros princípios, buscando estabelecer sua luminosa face democrática e humana. A invasão da Tcheco-Eslováquia representa a volta ao tempo do medo, da ditadura e da injustiça. Qualquer silêncio significa cumplicidade com esse tempo monstruoso, com a violência inominável desencadeada contra uma nação pacífica e contra o socialismo criador⁶¹.

Ainda que tivesse opiniões diferentes do PCB e dos organismos de esquerda, está claro que o autor se colocou no lado da luta contra a ditadura. Apesar da censura, é significativa a existência de diversos noticiários que revelam a franca oposição política de Amado ao regime militar. Em certa entrevista, ele chegou a dizer que não pretendia racionar nem palavras nem ideias, apesar de essa tendência se fazer presente no Brasil⁶². E de fato o fez, tal como indicam diversos títulos de artigos de jornais que trataram da posição política de Amado: “Exigido de Falcão um fim à censura”⁶³, “Jorge Amado defende luta dos estudantes e anistia geral”⁶⁴, “Jorge Amado pede abertura política e cultural no país”⁶⁵, “Jorge Amado espera o retorno da democracia com Figueiredo”⁶⁶, “Jorge Amado chega falando em democracia e constituinte”⁶⁷, “Jorge Amado veio ver amigos e defende PCB legal”⁶⁸.

O autor parecia não temer a censura. De um modo geral, considerava que livros seus não iriam à censura e se tivessem de ir não seriam publicados

no Brasil⁶⁹. Essa postura de Amado se explica em parte por seu notável reconhecimento dentro e fora do país e por sua rede de relações pessoais, que englobava figuras tanto da esquerda como da direita.

Ainda assim, Amado não parecia se sentir completamente protegido do arbítrio do Estado. Sabia que, apesar de sua literatura não incomodar o regime, já que não incluía o “ar de revolta” e sim de pacificidade, seu discurso político-ideológico era muito afinado com o da esquerda, o que era explícito nos meios midiáticos. Por esse motivo, desde o momento do golpe parecia esperar que algo pudesse acontecer contra ele e Zélia, especialmente por ter sido uma figura cuja imagem sempre esteve atrelada ao PCB. Seu relato autobiográfico sobre o momento em que os militares tomaram o poder é bastante simbólico:

Desperto com a notícia, nem por esperada menos infeliz: os gorilas tomaram das armas, depuseram o governo João Goulart. [...] Os telefonemas se sucedem, sabemos de prisões, casas invadidas, estamos preparados, Zélia e eu, para o que der e vier, quem veio foi Wilson Lins, ideólogo dos milicos. Ao ouvir o anúncio do nome do visitante, Zélia se arma em guerra, comentando para arrefecer-lhe o ânimo: Wilson vem nos ver porque é nosso amigo. Poderia acrescentar: o amigo que jamais me faltou, nos momentos mais difíceis sempre solidário. Conversamos literatura e outras baboseiras, como se os acontecimentos não tivessem acontecido. Ao despedir-se, Wilson recomenda: qualquer coisa, me telefonem em seguida, se eu não estiver Anita saberá onde me encontrar. Wilson Lins: nunca falhou⁷⁰.

Nessa fala, Amado deixa muito clara a sua apreensão diante da situação instaurada pelo golpe. É significativo quando diz que ele e sua mulher estavam preparados “para o que der e vier”. Ao mesmo tempo, deixa a entender que sua amizade com figuras do governo, como é o caso do escritor e político citado, Wilson Lins, de fato o favoreceu ao longo do regime. Esse tipo de favorecimento pode ser compreendido não só por suas obras não terem sido censuradas durante a ditadura mas também por ter conseguido expor a sua visão de crítica ao regime na imprensa em um momento em que isso parecia ser altamente perigoso, ainda que afirmasse: “muita coisa que falo não é publicada”⁷¹. Ele certamente ponderava a ideia de sofrer, a qualquer momento, algum tipo de retaliação pelos órgãos de repressão, como se vê no seguinte trecho de entrevista:

[...] A certa altura, quando lhe foi perguntado sobre um personagem retratado em *Seara vermelha* que teria ideias de esquerda e que esse comportamento não mais se revelava em livros mais recentes, Amado vociferou: “essa afirmação é

idiota e tola, porque você não leu o livro”. E foi mais além levantando a suspeita de que a pergunta “teria sido formulada por um policial”. O escritor baiano que a todo instante dizia “estar esperando um carro que vai me levar para jantar” salientou que “não posso perder muito tempo” e disse, voltando ao movimento estudantil, “eu sempre apoiei os estudantes e quem não sabe disso é um imbecil ou um salafrário”. Mais adiante frisou que muita coisa que ele diz não é publicada pela imprensa, ocasião em que, virando-se para o repórter, indagou: “Quero ver se você tem coragem de publicar isso” [...]. Levantando-se subitamente quando indagado sobre a situação política no país, Jorge Amado declarou: “Sou inteiramente a favor da anistia aos presos políticos”, saindo apressadamente “pois um carro me espera lá embaixo”⁷².

A relação de Jorge Amado com a ditadura era então dúbia e complexa, assim como o era com a esquerda. Entretanto, deve-se ressaltar que não há dúvidas de que a postura política e ideológica do autor durante o regime, e ao longo de sua trajetória como um todo, se pautou em princípios e valores próprios da esquerda. Além disso, o romancista parece ter utilizado sua literatura aparentemente “desinteressada”, e sua posição “de fora” do campo político como uma estratégia para opinar sobre assuntos diversos, inclusive sobre política, sem parecer em algum sentido militante. Uma análise mais atenta das múltiplas facetas de Jorge Amado durante o regime pode revelar uma nova imagem do autor que há muito se tem insistido em ocultar.

Como se percebe, Amado não se calou diante do autoritarismo do Estado, pelo contrário, condenou publicamente a censura, as perseguições e os crimes políticos, o cerceamento das liberdades etc. Utilizou sua posição de exterioridade em relação à política, sua fama, para denunciar o arbítrio do regime e se colocar a favor dos interesses da esquerda. O caso de Jorge Amado nos ajuda a pensar os limites da memória da esquerda produzida sobre a ditadura e a necessidade de se (re)colocar a questão sobre o conceito de resistência no que se refere a regimes autoritários.

Longe da pretensão de transformar o “vilão” em “mocinho”, este esforço de análise busca, antes de qualquer coisa, evidenciar que as ambiguidades do intelectual não podem ser prontamente desqualificadas pela história da esquerda. Faz-se necessário observar atentamente os embates próprios do período estudado, assumir as ambivalências dos discursos e práticas, sob pena de se desprezar a importância de Jorge Amado para a esquerda e da esquerda para Jorge Amado.

RESUMO

O presente artigo busca analisar a memória e a história da relação entre o

escritor Jorge Amado e a esquerda, particularmente no período da ditadura militar brasileira. Pretende-se evidenciar que a reificação de uma memória da resistência causou críticas da historiografia quanto ao papel desempenhado por intelectuais de esquerda, como Jorge Amado, que assumiram uma postura ambígua em relação ao regime. Indo ao encontro da recente historiografia francesa sobre regimes autoritários, pretende-se enfatizar que o pensamento dúbio esteve intensamente presente na mentalidade da época e que por isso deve ser assumido em toda a sua complexidade e não silenciado ou esquecido.

PALAVRAS-CHAVE

Jorge Amado; esquerda; memória; ditadura militar.

Jorge Amado and the Left: Between the memory and the history

ABSTRACT

The present article searches to analyze the memory and the history of the relation between the writer Jorge Amado and the left, particularly in the period of the Brazilian military dictatorship. It is intended to evidence that the valuation of a memory of the resistance caused disdain from the historical study to the role played for left intellectuals, as Jorge Amado, who had assumed an ambiguous position in relation to the regime. Going to the meeting of the recent French historical study on regimes authoritarian, one intends to emphasize that the double thought was intensely present in the mentality of the time and that therefore its complexity must be assumed in all and not be silenced or be forgotten.

KEYWORDS

Jorge Amado; left; memory; military dictatorship.

NOTAS

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Contato da autora: carolina_calixto@ymail.com.

² A conjuntura do fim do Império e início do Primeiro Reinado no Brasil, assim como o contexto do fim dos anos 1920 e do início dos anos 1930, envoltos em um clima de grandes transformações sociais, são exemplos de outros momentos em que os intelectuais brasileiros estiveram em situação semelhante.

³ Destaca-se o estudo desenvolvido por Denise Rollemberg no artigo “Ditadura, intelectuais e sociedade: *O bem-amado* de Dias Gomes”, que aborda o caso de Dias Gomes, e a dissertação de mestrado de Giordano Bruno dos Reis, intitulada *Vianninha e a grande família: Intelectuais de esquerda no Brasil dos anos 1970*, sobre Oduvaldo Vianna Filho. Cf. ROLLEMBERG, Denise. “Ditadura, intelectuais e sociedade: *O bem-amado* de Dias Gomes”. In AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Cultura política, memória e*

historiografia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 377-397 e SANTOS, Giordano Bruno Reis dos. *Vianninha e A grande família: Intelectuais de esquerda no Brasil dos anos 1970*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

⁴ Parte dessa influência certamente pode ser creditada à trajetória política e intelectual de Amado, tanto no que se refere à sua representatividade à frente do PCB, no âmbito interno e externo, como pelo exercício de cargos representativos do país em nível internacional, como o de dirigente brasileiro de organizações pela paz após a Segunda Guerra Mundial.

⁵ Essa situação ocorreu, por exemplo, quando Amado criticou publicamente a ditadura militar recém-instituída no Brasil e foi recriminado pelo deputado Euclides Triches, um dos vice-líderes do governo na Câmara, tal como foi noticiado pelo *Diário de Notícias* de Salvador em 13.3.1963, p. 3. Em outro momento, o intelectual também foi desaprovado pela Aliança Democrática de Portugal por ter feito campanha eleitoral em prol do general Ramalho Eanes nas eleições de 1980. O motivo da desaprovação foi a suposta influência do escritor na reeleição de Eanes para a presidência de Portugal, como foi noticiado em jornal de 15.12.1980 [recorte sem indicação do nome e lugar de publicação do jornal], que se encontra na pasta “JA: Política (1980-1984)” no Acervo Jorge Amado da Fundação Casa de Jorge Amado em Salvador, Bahia.

⁶ Em um desses casos, o autor convocou o povo a participar mais intensamente do processo de sucessão que culminaria com o fim da ditadura militar no Brasil, alertando a população quanto a possíveis tentativas de golpe ou fraude nas eleições de 1984. Cf. “Jorge Amado exorta o povo a participar mais da sucessão”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24.10.1984. Primeiro Caderno, p. 3.

⁷ Em *Tenda dos milagres* e *Farda, fardão, camisola de dormir*, por exemplo, há significativas passagens que dão pistas sobre o posicionamento contrário do autor à arbitrariedade do regime ditatorial, ainda que essa crítica não apareça de forma direta. Em *Tieta do Agreste*, além de *Tenda dos milagres*, a preocupação de Amado com o rápido processo de urbanização e modernização em voga pode ser facilmente percebida, figurando como temática central em *Tieta*.

⁸ Esse termo teria sido proferido por José Saramago ao caracterizar Jorge Amado em entrevista concedida a um jornal português, de acordo com MARGATO, Cristina. “Histórias portuguesas de Jorge Amado”. [Recorte sem indicação do nome do jornal]. Portugal, 11.8.2002. (Pasta Memórias: 2001. Acervo Jorge Amado. Fundação Casa de Jorge Amado, Salvador, Bahia). A ideia de coerência e unidade relacionada ao percurso do autor também aparece na fala de Amado em “Da vida vivida nascem meus livros”. *Última Hora*. São Paulo, 26.6.1958; “Jorge Amado nega que haja sectarismo em suas obras: ‘Minha atitude sempre foi de tolerância, de solidariedade diante do sofrimento’”. *Jornal do Comércio*. Recife, 10.9.1958; “Discurso de Jorge Amado na Academia”. *Diário de Notícias*. Salvador, p. 3, 6.8.1961; GOMES, Álvaro Cardoso. *Jorge Amado: Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1981, p. 29; TOMÁS,

Vitor. “Jorge Amado: Entrevista na Baía para o *Diário Popular*”. *Diário Popular*, São Paulo, 3.6.1971. (Pasta Memórias: 2001. Acervo Jorge Amado. Fundação Casa de Jorge Amado, Salvador, Bahia).

⁹ Cf. BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

¹⁰ Cf. GRACIANO, Clovis. “Gabriela, Cravo e Canela”. *Última Hora*. São Paulo, 26.08.1958. Caderno Gordos e Magros; MEDAUAR, Jorge. “Joyce, Gabriela cravo e canela”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 31.8.1958, p. 2; MARTINS, Luís. “Gabriela, cravo e canela”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30.8.1958; Pigmaleão. “Gabriela, cravo e canela”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23.8.1958. O livro da semana; ROCHA, Hildon. “Gabriela, um novo caminho”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30.8.1958. Primeiro caderno, p. 11; MARTINS, Luís. “Gabriela, cravo e canela”. *Folha do Norte*. Belém, 19.10.1958; TÁTI, Miécio. “Gabriela, cravo e canela”. In: *Jorge Amado: Vida e obra*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961, p. 157-171.

¹¹ Cf. “Jorge Amado considera-se cordial ao ver coisas e gentes do Brasil”. *O Poty*. Natal, 4.9.1958, p. 6; “Entrevista com Jorge Amado”. *O Semanário*, s. 1, 27.11.1958, p. 13; “Jorge Amado nega que haja sectarismo em suas obras: Minha atitude sempre foi de tolerância, de solidariedade diante do sofrimento”. *Jornal do Comércio*. Recife, 10.9.1958; GOMES, Á. C.. *Op. cit.*, p. 29.

¹² Cf. “Da vida vivida nascem meus livros”. *Última Hora*, São Paulo, 26.6.1958; VENTURA, Mário. “Muitas vezes numa organização como o PC pensa-se pela cabeça dos outros”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 23.7.1970. Entrevista/Reportagem, p. 7.

¹³ Cf. “Jorge Amado atacado pelos comunistas”. *Folha do Norte*. Belém, 15.10.1961; “Comunistas ‘queimam’ Jorge Amado”. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 5.9.1961; “Jorge Amado caiu no índice do Partido Comunista: Abandonou a inspiração revolucionária”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28.7.1961. Nomes e fatos.

¹⁴ Cf. BUENO, Luís. “A inquietação: 30 antes da polarização (1930-1932)”. In *Uma história do romance de 30*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 200.

¹⁵ AMADO, Jorge. *O país do carnaval*. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1932, p. 9.

¹⁶ AMADO, Jorge. “P.S.” *Boletim de Ariel*, agosto 1933 (ano II, n. 11), p. 292. *Apud* BUENO, L.. *Op. cit.*, p. 216.

¹⁷ Cf. RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 67-68.

¹⁸ BUENO, L.. *Op. cit.*, p. 203.

¹⁹ BOBBIO, Norberto. “Intelectuais e poder”. In: *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997, p. 105.

²⁰ Alguns desses trabalhos são: TÔRRES, Raquel Mundim. “Relatos de viagem de comunistas à URSS: A confirmação de uma utopia”. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. Anpuh/SP – Unesp – Franca. 6

a 10 de setembro de 2010. BARBOSA, Júlia Monnerat. *Militância e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): As trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. TOLLENDAL, Jaqueline Peixoto Vieira da Silva Eduardo. “A literatura e o comunismo na América Latina: Alejo Carpentier e Jorge Amado”. *Horizonte Científico*, v. 2, n. 1 (2008). PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: Escritores e comunismo no Brasil. 1928-1948*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: Política e literatura. Um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

²¹ Cf. REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: As reconstruções da memória”. In REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

²² Para uma análise mais aprofundada sobre as marchas, ver PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2004.

²³ Sobre o assunto, ver o estudo desenvolvido por FICO, Carlos, “Prezada Censura: Cartas ao regime militar”, *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 251-286, 2002.

²⁴ Cf. FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular”. In “Brasil: Do ensaio ao golpe (1954-1964)”. *Revista Brasileira de História*, Anpuh, v. 24, n. 47, jan.-jun, 2004.

²⁵ Cf. REIS, D. A.. *Op. cit.*

²⁶ Em sites de relacionamento onde é possível constatar os embates de memória de maneira bastante aberta, percebe-se que há uma pronta recusa diante da acusação de alguns quanto a um suposto apoio de Amado em relação à ditadura. Essa recusa se baseia justamente na atuação política de Amado entre os anos 1930-1950, o que revela uma apreensão superficial sobre o papel desempenhado pelo intelectual durante a ditadura militar.

²⁷ Cf. LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles. De la guerre d’Espagne à la libération*. Paris: Seuil, 2003.

²⁸ A utilização do conceito de zona cinzenta para o estudo da ditadura militar brasileira foi proposta em ROLLEMBERG, Denise. “História, memória e verdade: Em busca do universo dos homens”. In SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: Memória e justiça no Brasil*, v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

²⁹ AMADO, Jorge *apud* *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21.7.1982.

³⁰ AMADO, Jorge *apud* GOMES, Á. C. *Op. cit.*, p. 15.

³¹ ROLLEMBERG, D. “Ditadura, intelectuais e sociedade: O bem-amado de Dias Gomes”. *Op. cit.*, p. 381.

- ³² “Um legado polêmico”. *Gazeta Mercantil*. Salvador, 10.8.2011. Memória, p. 3 e 4.
- ³³ *Idem*.
- ³⁴ AMADO, Jorge, *apud* GOMES, Á. C.. *Op. cit.*, p. 28.
- ³⁵ PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 104.
- ³⁶ PÉCAULT, Daniel. *Op. cit.*, p. 104.
- ³⁷ Cf. “Mar de lama do PC figura na 2ª edição”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 31.5.1960.
- ³⁸ Cf. “Telegrama de Jorge Amado a JM”. *Jornal da Bahia*. Salvador, 6.9.1961.
- ³⁹ Cf. “Jorge Amado atacado pelos comunistas”. *Folha do Norte*. Belém. 15.10.1961.
- ⁴⁰ Entre os jornais que dão por “praticamente consumada” a expulsão estão: *Folha do Norte*. Belém, 15.10.1961 e *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 14.10.1961. Estes e outros dizem que o autor caiu no “índex” do PC, ou que “caiu em desgraça”, ou que “comunistas ‘queimam’ Jorge Amado”, expressões que podem ainda ser encontradas em: *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 5.9.1961; *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28.7.1961. Coluna: Nomes e fatos.
- ⁴¹ “Comunistas ‘queimam’ Jorge Amado”. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 5.9.1961.
- ⁴² Cf. “Jorge Amado, exclusivo à *Binômio*”. *Jornal Binômio da Semana*. Belo Horizonte, 9.10.1961, p. 8.
- ⁴³ Cf. “Jorge Amado expulso do PC”. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 13.10.1961.
- ⁴⁴ Cf. “Jorge Amado, exclusivo à *Binômio*”. *Jornal Binômio da Semana*. Belo Horizonte, 9.10.1961, p. 08.
- ⁴⁵ Cf. “Voltaria à Câmara”. *A Tarde*. Salvador, 10.5.1961.
- ⁴⁶ [Sem autor/Sem título]. *Diário de Coimbra*. Coimbra. 21.4.1961. (Pasta JA: Política (1960-1968). Acervo Jorge Amado. Fundação Casa de Jorge Amado, Salvador, Bahia).
- ⁴⁷ “Deputado refuta críticas do escritor Jorge Amado contra política do governo”. *Diário de Notícias*. Salvador, 13.3.1963, p. 3.
- ⁴⁸ “Estopiñan acusa”. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 2.5.1961.
- ⁴⁹ ASSIS, Denise. “Filmes que o Brasil não viu”. Disponível em: <www.observatorio-daimprensa.com.br/artigos/asp0602200293.htm>, acesso em 13 jun. 2008.
- ⁵⁰ Em entrevista, o escritor disse só ter tido problemas com os censores em jornais e revistas, onde partes de suas obras chegaram a ser censuradas. Cf. GOMES, Á. C.. *Op. cit.*, p. 33.
- ⁵¹ Cf. “Deputado volta a criticar Jorge Amado”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 23.11.1983.
- ⁵² MASCARENHAS, Telo de. “Libelo contra o racismo”. *Goa*. Índia, 15.8.1975. Coluna: Crítica de Livros, p. 5.

- ⁵³ RABASSA, Gregory. “Tent of Miracles”. *New York Times*. Nova York, 10.1971. Tradução da autora.
- ⁵⁴ AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. 36. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 310.
- ⁵⁵ [Sem autor/Sem título]. *Diário Popular*. São Paulo, 3.6.1971. (Pasta JA: Política (1970-1979). Acervo Jorge Amado. Fundação Casa de Jorge Amado, Salvador, Bahia).
- ⁵⁶ Cf. Alonso, Gustavo. “O preto que ri ou um negro entre zumbis e tornados”. In: *Simonal. Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga*. Rio de Janeiro, Record: 2011.
- ⁵⁷ Cf. GOMES, Á. C. *Op. cit.*, p. 31.
- ⁵⁸ AMADO, Jorge *apud* GOMES, Á. C. *Op. cit.*, p.32.
- ⁵⁹ Cf. ROLLEMBERG, Denise. “Ditadura, intelectuais e sociedade: O bem-amado de Dias Gomes”. *Op. cit.*, p. 377-397.
- ⁶⁰ AMADO, Jorge *apud* GOMES, Á. C. *Op. cit.*, p. 30.
- ⁶¹ “Jorge Amado e Sartre condenam URSS”. *Última hora*. São Paulo, 26.8.1968, p. 7.
- ⁶² Cf. TOMÁS, Vitor. “Jorge Amado entrevistado na Baía para o *Diário Popular*”. *Diário Popular*. São Paulo, 3.6.1971. (Pasta JA: Entrevista (1970/1974). Acervo Jorge Amado. Fundação Casa de Jorge Amado, Salvador, Bahia).
- ⁶³ “Exigido de Falcão um fim à censura”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17.12.1976.
- ⁶⁴ “Jorge Amado defende luta dos estudantes e anistia geral”. *O Estado do Pará*. Belém, 7.6.1977, p. 2.
- ⁶⁵ “Jorge Amado pede abertura política e cultural no país”. *Correio Braziliense*. Brasília, 10.1.1978, p. 2.
- ⁶⁶ “Jorge Amado espera o retorno da democracia com Figueiredo”. *Jornal do Comércio*. Recife, 23.4.1978, p. 2, Caderno 2.
- ⁶⁷ “Jorge Amado chega falando em democracia e constituinte”. *Zero Hora*. Porto Alegre, 22.11.1977, p. 7.
- ⁶⁸ “Jorge Amado veio ver amigos e defende PCB legal”. *Correio da Manhã*. Lisboa, [ago. 1979]. (Pasta JA: Política (1970-1979). Acervo Jorge Amado. Fundação Casa de Jorge Amado, Salvador, Bahia).
- ⁶⁹ Cf. TOMÁS, Vitor. “Jorge Amado entrevistado na Bahia para o *Diário Popular*”. *Diário Popular*. São Paulo, 3.6.1971. (Pasta JA: Entrevista (1970/1974). Acervo Jorge Amado. Fundação Casa de Jorge Amado, Salvador, Bahia).
- ⁷⁰ AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem: Anotações para um livro de memórias que jamais escreverei*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 23.
- ⁷¹ “Jorge Amado defende luta dos estudantes e anistia geral”. *O Estado do Pará*. Belém, 7.6.1977, p. 2.
- ⁷² *Idem*.